

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Cartórios vão emitir RGs a partir de 2015

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A partir do próximo ano, todos os 537 cartórios de registro civil do Estado vão iniciar a emissão de documentos de identidade. A iniciativa foi oficializada a partir de um convênio assinado ontem, entre o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Governo do Estado e o Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná (Irpen-PR).

Atualmente, o Registro Geral (RG) pode ser retirado nos 38 postos do Instituto de Identificação ou em prefeituras que mantêm convênio com o órgão. Entretanto, em algumas cidades, devido à alta demanda, a população tem esperado cerca de 20 dias para fazer a retirada. A expectativa é de que, com a novidade, o tempo de espera seja reduzido para no máximo três dias.

A princípio, seis cartórios vão começar a emitir os documentos a partir de 1º de fevereiro, sendo três em Curitiba, dois em Maringá e um em Francisco Beltrão. A intenção, conforme o Irpen-PR, é pouco a pouco ir substituindo os convênios com os municípios pelas parcerias com os cartórios de registro civil. A ampliação dos postos de retirada não vai alterar o processo padrão nem os custos de emissão do documento de identidade: a primeira via do RG permanece gratuita e a segunda via varia entre R\$ 22,58 e R\$ 26,34. Mediante apresentação de registro

de ocorrência (caso de perda ou roubo), a segunda via também é gratuita.

O presidente do Irpen-PR, Arion Toledo Cavalheiro Júnior, reforçou que os cartórios estão presentes em todos os 399 municípios do Estado, o que facilita o atendimento à população. “Aumentamos o volume de serviços prestados pelos cartórios e, além disso, as pessoas terão mais uma opção para emitir sua identidade, economizando tempo”, disse.

Cavalheiro ainda ressaltou que, com essa novidade, os cartórios vão poder ter acesso à base de dados do Instituto de Identificação, o que vai fazer com que se diminua a possibilidade de fraudes em documentos. “Temos a nossa base de dados e vamos poder confrontar as informações em caso de dúvida, se tornando um método muito seguro, coibindo qualquer tipo de falsificação”, afirmou.

Agora a entidade aguarda que o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpen-PR) assine um convênio com o Governo do Estado para que recursos sejam liberados e os cartórios possam se reestruturar a fim de iniciar a emissão dos RGs. Além de um computador exclusivo para a função, também serão necessários um scanner digital, um scanner de mesa, uma impressora, uma webcam para tirar foto do usuário e um local com um fundo branco para as fo-

tografias. Os funcionários que forem atuar na emissão de identidades deverão ainda passar por um treinamento de dois dias na sede do Instituto de Identificação, na Capital.

Na tarde de ontem também foram apresentados dois novos serviços que já estão disponibilizados à população. O primeiro é o Selo Digital, que substitui o selo físico nos documentos emitidos pelos cartórios, dando mais segurança e rastreabilidade ao documento. A validade do selo poderá ser consultada no site www.funarpen.com.br.

Outra novidade é a transmissão eletrônica de certidões, que permite que um cidadão solicite a segunda via de seu documento de nascimento ou casamento, por exemplo, sem ter que se dirigir até o cartório de origem do documento. Por meio de um sistema criptografado, o documento será transmitido eletronicamente ao cartório onde o cidadão realizou o pedido, para ser impresso, certificado e entregue ao usuário na mesma hora em que foi solicitado.

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ mantém condenação de Joel por improbidade administrativa

Loriane Comeli
Reportagem Local

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, em decisão proferida ontem, manteve a condenação do ex-vereador de Londrina Joel Garcia por improbidade administrativa por ter exigido pagamento indevido de taxistas de Londrina. Os desembargadores mantiveram sentença da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, proferida em abril do ano passado, na qual o advogado Ivo Marcos Tauil também foi condenado.

A acusação é de que em 2009, quando se discutia mudanças na lei que regulamenta o serviço de táxi em Londrina, Joel teria exigido R\$ 1 mil de cada taxista da cidade, que temia perder seus pontos. O montante seria de mais de R\$ 300 mil. A defesa sustenta que o ex-vereador não pediu propina, mas simplesmente informou que a categoria precisava de uma assessoria jurídica especializada, que custaria mais de R\$ 300 mil.

“Ainda não conheço os fundamentos da decisão. Depois de ser intimado, vou analisar se há possibilidade de novo recurso”, disse o advogado de Joel, Dely Dias das Neves. O acórdão de ontem ainda não foi publicado, mas Tauil obteve reforma parcial da decisão. Seu advogado não foi localizado ontem.

Na semana passada, a juíza da 2ª Vara Criminal de Londrina, Deborah Penna, condenou Joel por crime de concussão no caso dos taxistas. Tauil foi absolvido.

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

TRE com novo presidente

O desembargador Jucimar Novochadlo, atual vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, assumirá a presidência do órgão em fevereiro de 2015. Até lá, o desembargador Edson Vidal Pinto segue no cargo. A eleição, realizada na semana passada, ocorreu para cumprir a formalidade do ato, tendo em vista que manteve a tradição de confirmar o nome do vice para substituir o presidente. Na oportunidade também foi eleito o desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen para o cargo de vice-presidente e corregedor.

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Casal londrinense vende bebê por R\$ 300

Casal de Londrina compra bebê e vai preso

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Santa Tereza do Oeste – Um casal de Londrina foi preso na manhã de sábado em Santa Tereza do Oeste (Oeste) acusado de comprar um recém-nascido. O caso só foi divulgado ontem pela Polícia Civil de Cascavel. A mãe da criança também foi detida.

A caso foi denunciado pelo Conselho Tutelar à Polícia Militar de Santa Tereza, onde reside a mãe do bebê. A criança nasceu na sexta-feira em um hospital de Toledo, também na região oeste. O casal acompanhou todos os procedimentos do parto. A polícia realizou um cerco nas rodovias próximas e prendeu em flagrante o casal e a mãe, que estavam em um carro com o bebê, retornando para a cidade natal da genitora.

“O casal estava acompanhando a gravidez desde o terceiro mês e pagava as despesas da mãe como aluguel, água, luz, comida, além dos exames e procedimentos hospitalares. Para ficar com o bebê, eles teriam pago mais R\$ 300”, afirmou o delegado operacional da 15ª Subdivisão Policial (SDP), de Cascavel, Denis Merino.

De acordo com a polícia, a

mãe, de 37 anos, é viúva e já tem outros quatro filhos. “É uma família extremamente carente e a mãe já tinha avisado que não teria condições de criar o bebê”, frisou Merino.

O homem, de 31 anos, e a esposa, de 42, pagaram fiança de R\$ 5 mil cada um e vão responder em liberdade. A mãe também foi liberada mediante pagamento de R\$ 1 mil. Os três responderão pelo crime de prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante pagamento ou recompensa, baseado no artigo 238 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo, no seu parágrafo único, ressalta que incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva o pagamento ou a recompensa. A pena prevê reclusão de um a quatro anos, além de multa.

“O próximo passo da investigação agora é comprovar se a criança ficaria realmente com o casal ou se o destino do bebê seria outro”, ressaltou o delegado. O recém-nascido foi encaminhado para uma Casa Acolhedora em Cascavel e o juiz da Vara da Infância e da Juventude deve iniciar o processo para uma adoção legalizada.

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

OAB e a sociedade, juntos pela reforma política democrática

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Em junho de 2013, milhares de pessoas foram às ruas manifestar insatisfação com o sistema político brasileiro, a qualidade dos serviços públicos e a ausência de canais de diálogo efetivos entre o poder político e a sociedade civil.

Os protestos tiveram como estopim o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, mas a movimentação avolumou-se e alastrou-se por todo o País. Nessa oportunidade, uma série de bandeiras foram levantadas: melhores condições e acesso aos serviços públicos, maior eficiência na investigação e punição de atos de corrupção, redução e auditoria dos gastos excessivos do governo com obras de infraestrutura para a Copa do Mundo, entre outros.

O tema da reforma política, que há muito tempo vinha sendo discutido como pleito legítimo da sociedade civil, por setores do parlamento e pela própria Ordem dos Advogados do Brasil, voltou, então, a ocupar lugar de destaque na agenda política nacional.

Mediante esse cenário, a OAB, ao lado de mais de uma centena de entidades, movimentos e organizações sociais, instituiu a "Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas", com a finalidade de pautar a realização de uma reforma política que possa aprofundar os instrumentos da democracia brasileira. Por meio de um projeto de lei de iniciativa popular, o PL número 6.316/2013, a "Coalizão" busca mobilizar a sociedade em prol de mudanças estruturais no sistema político.

A discussão prioritária não se restringe à necessidade de uma reforma política para o país, mas pressupõe a indagação sobre qual reforma política necessitamos. A OAB propõe

uma reforma democrática que tenha como escopo assegurar a igualdade de condições entre os candidatos.

O projeto gira em torno de quatro pontos prioritários dessa reforma estruturante: a proibição do financiamento empresarial de campanha, a eleição proporcional em dois turnos, a representação paritária de gênero na política e o fortalecimento dos mecanismos da democracia direta no País.

A mudança do atual sistema de financiamento das campanhas eleitorais é peça chave na reforma política e no combate à corrupção. No modelo atual, as empresas são responsáveis por 95% do total arrecadado para as cam

panhas eleitorais, que têm atingido a cada eleição, cifras exorbitantes.

A entidade ingressou também com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal, com o fito de proibir justamente a doação empresarial em campanhas eleitorais. A maioria da Corte já se manifestou favoravelmente à inconstitucionalidade, contudo, o julgamento definitivo da ação encontra-se suspenso em razão de pedido de vista formulado pelo ministro Gilmar Mendes.

A OAB acredita e luta pela democracia. Essa é marca da nossa história e a missão inarredável de nossa instituição. Ontem, lutamos pela restauração da democracia, ao longo do regime militar. Hoje, mobilizamos-nos, ao lado da cidadania brasileira, para lutar pelo seu aprofundamento, pois acreditamos que a sociedade civil, o povo, é a verdadeira e legítima protagonista da história.

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO é presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil

66

A mudança do atual sistema de financiamento das campanhas eleitorais é peça chave na reforma política e no combate à corrupção

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME

OAB se posiciona

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná informou que considera a migração do Departamento Penitenciário do Estado, atualmente subordinado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), para a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) um “grave retrocesso”. A medida consta no projeto de lei 510/2014, que integra o chamado pacote de “austeridade” proposto pelo governador Beto Richa (PSDB). Em nota à imprensa, a OAB diz que a medida prejudicaria o “cumprimento e à observância das atribuições constitucionais das instituições e dos agentes que compõem as forças de segurança pública e penitenciárias”. Também citou as atribuições da execução penal derivadas da Lei de Execução Penal, o comprometimento das finalidades da pena e o desvirtuamento dos lugares de custódia e tratamento de pessoas privadas de liberdade, provisória ou definitivamente como pontos a serem observados.

Sugestões

“Além disso, manifesta-se o Conselho Pleno no sentido de que se dê autonomia administrativa e financeira ao órgão gestor do sistema penitenciário; que detenha a atribuição e a responsabilidade de todas as pessoas privadas de liberdade, de forma provisória ou definitiva; e que o seu plano diretor seja efetivamente orientado pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais e pelas finalidades de reintegração social”, diz trecho do documento.

MAZZA

Capilar

O juiz Sérgio Moro entende que a corrupção é capilar e não se limita à Petrobras atingindo outras 750 obras públicas, isso só na infraestrutura, conforme a lista apreendida com Youssef. Num despacho em que negou a revogação das prisões preventivas de dois empresários fez referência ao fato de que as fraudes e desvios vão além da maior estatal brasileira.

09 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Toffoli está chocado com os custos da campanha

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, elogiado por sua atuação durante a última campanha, está chocado com os custos do processo eleitoral no Brasil que, segundo ele, é o dobro da campanha nos Estados Unidos. Nesta terça, Toffoli deve conversar com o colega Gilmar Mendes, no TSE, sobre formas de tornar mais eficazes controle e limites dos custos de campanha.

Mão pesada

Gilmar Mendes é o ministro relator das contas de campanha de Dilma. O PT anda morrendo de medo da mão pesada do ministro.

Tem mais

Aos amigos, Dias Toffoli concluiu, desolado: "Já tivemos mensalão, Petrolão e pelo andar da carruagem vamos ter outros escândalos".

À mesa

O desabafo de Dias Toffoli foi feito a amigos, em voz audível, durante feijoada do restaurante Figueira Rubayat, no último sábado, em São Paulo.

Juiz do Maranhão será investigado

São Luís - Funcionários da companhia aérea TAM que trabalham no Aeroporto de Imperatriz (MA) receberam voz de prisão dada pelo juiz Marcelo Baldochi, titular da comarca de Senador La Rocque, também no Maranhão, e foram conduzidos ao plantão da Polícia Civil na cidade. O fato ocorreu no último sábado, após o magistrado ter sido informado no Aeroporto de Imperatriz que não poderia embarcar na aeronave com destino a São Paulo, pois a chamada tinha sido encerrada e a porta de embarque estava fechada cerca de sete minutos antes da sua chegada. Em nota enviada a imprensa ontem, a Associação de Magistrados do Maranhão (Amma) criticou a atitude do juiz e anunciou que pedirá investigação do caso na Corregedoria-Geral de Justiça. (Agência Estado)

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

» DOCUMENTO

A partir de 2015, cartórios também vão emitir carteira de identidade no Paraná

Carolina Pompeo

especial para a Gazeta do Povo

A partir de 2015, o Paraná implementará o serviço de emissão de carteiras de identidade nos Cartórios de Registro Civil do estado. Atualmente, o RG pode ser feito nos postos do Instituto de Identificação, no entanto, em decorrência da alta demanda, os usuários têm de esperar muitos dias para a emissão do documento, cujo agendamento pode ultrapassar 20 dias de espera — o Paraná possui 38 postos, 14 deles apenas em Curitiba; nas outras cidades, as prefeituras locais fazem convênios para a emissão dos RGs.

Novos postos

Com a parceria entre o governo estadual, o Tribunal de Justiça (TJ-PR) e o Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Ircen-PR), uma rede de 531 Cartórios de Registro Civil, distribuídos pelos 399 municípios paranaenses, passará a oferecer o serviço também. Em Curitiba, a população poderá ser atendida em 19 novos postos. A Secretaria da Segurança Pública vai capacitar os cartórios para a emissão do documento, além de liberar o acesso ao sistema de identificação civil.

Custos

A ampliação dos postos não vai alterar o processo padrão nem os custos de emissão do documento de identidade — a primeira via do RG permanece gratuita; a segunda via varia entre R\$ 22,58 e R\$ 26,34. Mediante apresentação de registro de ocorrência, a segunda via também é gratuita.

Já os prazos para a emissão serão reduzidos para no máximo três dias. Os postos do Instituto de Identificação continuarão funcionando.

A assinatura do convênio aconteceu ontem, no TJ-PR.

INFORMATIZAÇÃO

Novos serviços incluem transmissão eletrônica de certidões e Selo Digital

A assinatura do convênio no Tribunal de Justiça do Paraná marca, também, a disponibilização imediata de outros dois serviços à população. O primeiro é o Selo Digital, que deverá substituir as etiquetas emitidas pelos cartórios do estado. O recurso garantirá maior segurança aos serviços e permitirá que os documentos sejam rastreáveis, além de facilitar a adequação ao processo de informatização e digitalização dos cartórios extrajudiciais.

Para o usuário, a grande vantagem é poder consultar a autenticidade dos documentos e informações sobre o ato, o cartório e as partes envolvidas no processo. As consultas podem ser realizadas pelo site do Fundo de Apoio ao Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Funarpen-PR).

Certidões

A segunda mudança é a possibilidade dos cartórios realizarem a transmissão eletrônica de certidões — de nascimento, casamento e óbito. O sistema de Transmissão Eletrônica de Certidões dos Cartórios de Registro Civil vai permitir que o cidadão localize um registro e solicite uma certidão sem precisar se deslocar até o cartório de origem do documento. Assim, o usuário faz o pedido em um cartório próximo à sua residência e, através de um sistema criptografado, o documento é transmitido eletronicamente ao cartório onde o pedido foi feito para ser impresso, certificado e entregue na hora ao usuário. (CP)

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Aumento das taxas de cartórios vai chegar a 33%

Propostas, que serão votadas hoje, preveem aumentos sucessivos de 6,37% e 25%

| Amanda Audi e Paulo Galvez

O pacote de projetos de lei do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para reajustar taxas cobradas nos cartórios do estado irá representar um aumento duplo para os usuários do serviço. Um primeiro projeto prevê o reajuste das custas em 6,37%. Outro estabelece que as taxas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), que são aplicadas sobre a maioria dos serviços de cartórios, sejam reajustadas em 25%. Na prática, o cidadão irá pagar cerca de 33% a mais, já que um reajuste incide sobre o outro. Os projetos do TJ foram enviados à Assembleia Legislativa do Paraná na semana passada e devem ser votados em plenário na sessão de hoje.

Além desses dois reajustes que se somam, o TJ também pede à Assembleia a extinção do teto das custas de registro de imóveis, que passariam a ser de 0,2% sobre o valor do título. Hoje o valor máximo cobrado é de R\$ 1.821,20. A me-

tida aumentará os custos para o registro de imóveis com valor acima de R\$ 910,5 mil. O documento de um apartamento de R\$ 2 milhões, por exemplo, custaria R\$ 4 mil.

A expectativa do TJ é que as taxas passem a valer a partir de 1.º de janeiro de 2015. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia aprovou as propostas. Também foi aprovado um requerimento para que os projetos passem para o regime de urgência, ou seja, com tramitação acelerada. Com isso, as matérias deverão ser votadas ainda hoje em comissão geral, juntamente com o tarifaço do governo do estado.

Justificativas

Segundo o TJ, o aumento de 6,37% visa a repor perdas da inflação do último ano. Já a verba do reajuste de 25% do Funrejus garantiria caixa para o Judiciário fazer novas obras e reformas.

O tribunal justifica, em um dos projetos, que precisa investir em 24 obras no interior do estado que não foram contempladas integralmente na previsão orçamentária de 2015. Não há detalhes sobre os gastos com cada uma.

Sem o reajuste, a previsão era de que o Funrejus arrecadasse R\$ 230 milhões no ano que vem. Em uma análise

preliminar, o deputado Tadeu Veneri (PT), da oposição, estimou que o TJ passaria a arrecadar mais R\$ 200 milhões. “O reajuste não vale só para 2015. E quando terminarem as obras?”, questiona.

Em 2012, o TJ tentou reajustar o Funrejus em 50%. Com a repercussão negativa, a proposta não prosperou. A solução encontrada, em 2013, foi aumentar o teto do registro de imóveis, chegando aos R\$ 1.821,00 praticados atualmente — valor que o TJ pretende eliminar com o novo projeto.

Procurado, o TJ informou apenas que os questionamentos da reportagem estão respondidos nos projetos. Os documentos, porém, não detalham investimentos do Funrejus nem a estimativa de arrecadação. Tampouco explicam a necessidade dos aumentos, já que o orçamento do TJ e do próprio Funrejus aumentaram acima da inflação nos últimos anos. Levantamento da *Gazeta do Povo* de 2013 revelou que a arrecadação do Funrejus aumentou 88% entre 2008 e 2013. No período, a inflação foi de 37,6%.

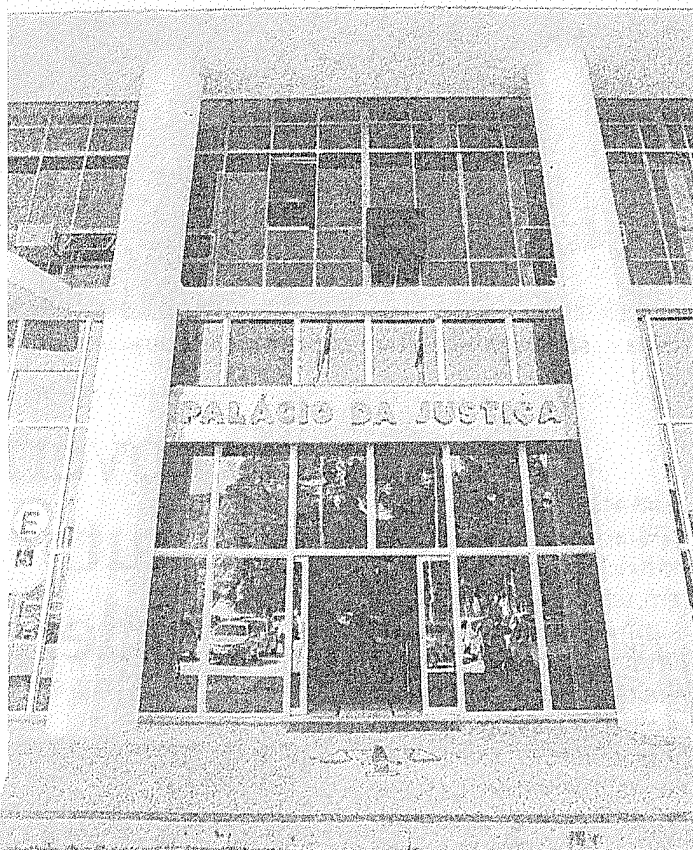
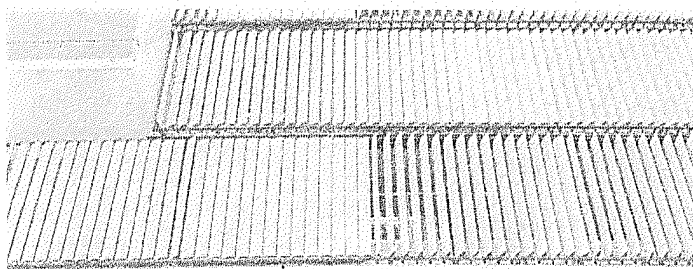
A Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), entidade que representa os cartórios, informou, em nota, que “acatará aquilo que for definido” pelo TJ e pela Assembleia.

CONTINUA

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Sede do TJ: projetos enviados numa semana e votados na outra.

IMPACTO

Se os projetos do TJ forem aprovados, as taxas cobradas por cartórios para serviços comuns irão aumentar em mais de 30%. Veja alguns exemplos:

Em R\$ Serviços	Quanto é	Quanto ficará
Autenticação de documentos	3,14	4,18
Reconhecimento de firma (sem valor declarado)	3,41	4,53
Averbação de divórcio	18,84	25,05
Certidão de nascimento, casamento ou óbito	27,47	36,53
Procuração (por outorgante)	60,38	80,29
Testamento público	314	417,5

Da Redação

REPERCUSSÃO

Tarifaço vai impactar o setor imobiliário

Entidades do setor imobiliário dizem que o tarifaço do TJ vai prejudicar o mercado de imóveis que atualmente passa por um momento delicado. Os aumentos propostos pelo Judiciário aumentarão as taxas para a maioria das transações envolvendo imóveis, tanto pelo reajuste das custas de cartório como pelo fim do teto de 0,2% no registro de imóveis. As alterações foram propostas ao mesmo tempo em que a Câmara de Curitiba discute mudanças nas cobranças de IPTU e ITBI, impostos que também incidem sobre os imóveis. "Não temos nem como medir como vai o prejuízo esses aumentos. O pior é que essas surpresas vêm sempre nesses momentos, sem alternativa de negociação", diz Luiz Antonio Laurentino, presidente do Sindicato da Habitação e Condomínios (Secovi). Representantes do Secovi, da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário e do Sindicato da Indústria da Construção Civil se reuniram ontem com o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), para tentar persuadi-lo a desistir dos projetos ou, no mínimo, deixar a votação para 2015 para que haja tempo para discutí-los. Segundo Laurentino, o resultado foi "frustrante". "Acho que [os projetos] vão passar do jeito como o TJ enviou." Rossoni não foi localizado na noite de ontem. A reportagem questionou o TJ se os aumentos não irão penalizar o mercado imobiliário. Não houve resposta específica. No projeto, o TJ afirma que a eliminação do teto no registro de imóveis representa "baixo impacto social" porque a medida afeta os imóveis mais caros.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO

"Causa própria não pode, Herminhas."

Fernando Scanavaca, deputado estadual do PDT, brincando com o colega Hermas Brandão Jr. (PSB), que pediu regime de urgência na tramitação do projeto do Tribunal de Justiça do Paraná que reajusta em 6,37% as custas cartoriais. O pai dele, Hermas Brandão, foi titular do Cartório de Andirá, no Norte Pioneiro.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

R\$300

Casal de Londrina é preso após “comprar” bebê recém-nascido

Um casal de Londrina foi preso no Oeste do estado após comprar um bebê recém-nascido de uma viúva por R\$ 300. O caso aconteceu no sábado, em Toledo, mas só foi divulgado ontem. Tanto o casal – ele de 31 anos e ela com 42 – e a mãe do bebê, de 37, pagaram fiança e vão responder ao inquérito em liberdade. Segundo informações da RPCTV, o casal acompanhava a gestação desde o terceiro mês. Todas as despesas da mãe, como água, luz, aluguel e os exames do pré-natal eram pagas por eles. No sábado, quando a mulher deu à luz o bebê, o casal estava junto na maternidade. O Conselho Tutelar recebeu a denúncia e acionou os policiais. As estradas da região foram fechadas e o casal foi preso em flagrante quando passava por Santa Tereza do Oeste. Junto a eles, o bebê e a mãe estavam no carro. O bebê, com apenas 2 dias de vida, foi encaminhado aos cuidados do Conselho Tutelar.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO
» EXCESSO

Juiz perde voo e dá voz de prisão a funcionários

Associação dos Magistrados do Maranhão criticou atitude e disse que pedirá que o caso seja investigado

SÃO LUIZ
Agência O Globo e
Estadão Conteúdo

O juiz Marcelo Testa Baldochi, da comarca de Senador La Rocque (a cerca de 650 km de São Luís), no Maranhão, deu voz de prisão a três funcionários da empresa aérea TAM, após chegar atrasado ao aeroporto de Imperatriz e ser impedido de entrar na aeronave. O episódio ocorreu na noite do último sábado e foi gravado num celular por uma pessoa presente no guichê da TAM.

“Quietinho. O senhor está presinho, não sai daqui. Pra aprender a respeitar”, pode-se ouvir o magistrado dizer a um atendente da empresa aérea. “E o senhor também”, diz o juiz a outro funcionário que supostamente tenta intervir a favor do colega.

A Polícia Militar foi chamada e conduziu três funcionários apontados pelo juiz à 10.^a Delegacia Regional de Imperatriz. A TAM embarcou o magistrado num voo de outra empresa aérea.



Juiz Marcelo Testa Baldochi

já se envolveu em outras polêmicas.

No Guia do Passageiro, elaborado pela Anac, “todo passageiro deve se apresentar para o check-in no horário estipulado pela companhia aérea”, ou seja, em geral com ao menos uma hora de antecedência.

Em nota, a Associação de Magistrados do Maranhão disse não compactuar com a atitude de Baldochi e anunciou que pedirá investigação do caso à Corregedoria-Geral de Justiça.

O magistrado já foi acusado pela fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho, em 2007, de se utilizar de 25 trabalhadores em situação degradante (análoga à escravidão) numa propriedade dele, a Fazenda Pôr do Sol, em Bom Jardim (MA). Em 2011, Testa Baldochi foi condenado pela Justiça maranhense a indenizar em R\$ 31 mil quatro desses trabalhadores. Em dezembro de 2012, o juiz foi agredido a facadas e pedradas por um flanelinha, a quem não aceitou dar dinheiro, em Imperatriz.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Técnicos do TSE pedem a rejeição das contas eleitorais de Dilma

“Considerando as informações contidas no ofício (...), que revelam fortes indícios de descumprimento do limite para doação, oficie-se, com máxima urgência, à Receita Federal para informar, com a brevidade possível, o faturamento bruto das empresas abaixo relacionadas.”

Gilmar Mendes, vice-presidente do TSE, sobre a prestação de contas do PT.

Há irregularidades em 4% das receitas e 13,8% das despesas. Desaprovação das contas pode levar à cassação da presidente

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

Técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encaminharam ontem ao ministro Gilmar Mendes um relatório pedindo a desaprovação das contas de campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT). No documento, são apontadas divergências tanto nos dados de gastos e receitas apresentados pela candidata quanto nas contas do comitê financeiro do partido. O documento foi encaminhado por Mendes — que é relator das contas de Dilma e do PT e ocupa a vice-presidência do TSE — à Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) para que o órgão emita parecer.

O envio do relatório à PGE fez com que o julgamento das contas de campanha de Dilma fosse adiado para amanhã, quando acaba o prazo para que a Corte eleitoral analise os gastos e despesas da campanha.

Efeitos

Mesmo se o plenário decidir pela rejeição das contas, Dilma poderá ser diplomada e, assim, assumir o segundo mandato. Em 2006, o TSE rejeitou as contas de campanha declaradas do PT, o que não impediu o ex-presidente Lula de reassumir a Presidência.

A decisão do TSE, contudo, pode ensejar um pedido de abertura de investigação eleitoral para cassar o diploma da presidente futuramente. A ação de investigação pode ser proposta por qualquer partido ou coligação com a intenção de apurar condutas de arrecadação e gastos de recursos em desacordo com a legislação eleitoral.

Irregularidades

No documento dos técnicos do TSE são apontadas irregularidades que representam 4,05% do total das receitas — o que equivale a mais de R\$ 14 milhões — e 13,88% das des-

pesas (mais de R\$ 48 milhões) declaradas pela conta da candidata Dilma. Além disso, foram encontradas impropriedades — que são inconsistências menos graves — em 5,22% das receitas. Já nas contas do comitê financeiro do PT foram encontradas irregularidades que representam 18,43% do total das receitas, e 9,64% das despesas apresentadas pelo partido.

Em despacho da sexta-feira, antes de receber o parecer dos técnicos do TSE, Mendes chamou atenção para a existência de “fortes indícios” de doação acima do limite legal por pelo menos cinco empresas ao comitê financeiro do PT.

Ontem, o tesoureiro da campanha de Dilma, o deputado estadual Edinho Silva (PT-SP) comentou o parecer dos técnicos afirmando ter seguido “rigorosamente toda a legislação”. A coordenação financeira da campanha emitiu ainda uma nota afirmando que os aspectos questionados pelos técnicos são de natureza formal e “em nada questionam a lisura da campanha.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Novos doleiros vão ser investigados na LavaJato

SÃO PAULO
Agência O Globo

A Operação Lava Jato, que apura desvios de recursos da Petrobras a partidos políticos, vai incluir a participação de novos doleiros e emissários na entrega de dinheiro a agentes públicos em Brasília e outros estados. A Polícia Federal (PF) identificou na contabilidade paralela do Posto da Torre, que pertence ao doleiro Carlos Habib Chater, um dos presos na Lava Jato, subcontas e documentos de transporte de valores em espécie.

O juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara da Justiça Federal do Paraná, e o Ministério Público Federal (MPF) querem detalhes da movimentação de sete dessas subcontas. Apenas numa delas, a "K corrente", foram movimentados R\$ 15,2 milhões entre 2008 e março deste ano. Os documentos que servem para justificar o transporte de dinheiro vivo somam R\$ 1,8 milhão. As remessas foram destinadas ao Rio de Janeiro, Manaus, Porto Alegre e Santa Catarina, entre 2011 e 2014.

Todos os documentos de transporte informam que o dinheiro seria usado como

sinal para aquisição de posto de gasolina. Quatro portadores foram identificados. Um deles, identificado como "Sanje", levou R\$ 235 mil para Manaus e R\$ 400 mil para Porto Alegre. Outra remessa, para Curitiba, de R\$ 420 mil, foi feita por André Nego (André Luiz Santos), réu na Lava Jato e que até tentou fugir após uma audiência na Justiça. No nome dele está a subconta "And", da qual, em um único dia, foram retirados R\$ 574 mil em dinheiro vivo e R\$ 33 mil pagos a Chater, supostamente de comissão. Em novembro de 2013, a "And" acumulava movimentação de R\$ 1,298 milhão.

IDEIA DO JUIZ

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem um projeto no qual sugere uma alteração no Código Processo Penal para que as pessoas condenadas por corrupção só possam responder em liberdade caso devolvam o montante desviado. "O juiz, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal, levará em consideração se o produto do crime foi integralmente recuperado para decidir se o condenado por crime de peculato, concussão ou corrupção, passiva ou ativa, poderá apelar em liberdade", diz o texto. O senador afirmou que resolveu apresentar o projeto em razão de uma sugestão do juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato.

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

SÍNTESES - NOVAS REGRAS PARA

O DESARMAMENTO

FABRÍCIO REBELO

O verdadeiro lobby do desarmamento

Numa sorrateira articulação às escuras, no dia 22 de dezembro de 2003, o governo Lula realizou uma manobra para sancionar a Lei 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento. Às vésperas do Natal, quando o foco já estava deslocado das atividades do Congresso e direcionado às preparações festivas, a ideia era instituir o desarmamento dos cidadãos em todo o território nacional.

Na ocasião, era nítida a tentativa de sancionar o projeto no chamado "apagar das luzes". Além disso, era época do esquema criminoso apelidado de mensalão, que se valeu de transferências milionárias para consolidar compra de votos e apoio de parlamentares a projetos do governo, circunstância que lança inegável suspeita sobre a legitimidade dos votos dos parlamentares que aprovaram o Estatuto. Naquela oportunidade, criara-se um verdadeiro lobby em prol do desarmamento dos cidadãos.

Em outubro de 2005, o governo federal realizou um referendo para consultar se a população era favorável à proibição da comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. A resposta foi esmagadora: 64% votaram contra.

Apesar do claro resultado do referendo, normas rígidas e burocráticas do Estatuto do Desarmamento restringem e quase impossibilitam o acesso da população às armas de fogo; pior, dificultam até que o cidadão que adquiriu uma arma de fogo anteriormente consiga renovar seu registro.

A atual legislação foi apresentada como solução para reverter os altos índices de homicídios constatados no país e reduziu em 90% o comércio de armas. Das cerca de 2,4 mil lojas especializadas registradas na Polícia Federal no ano 2000, restavam, em 2010, menos de 280.

No mesmo ano de 2010, contudo, foram registrados mais homicídios do que antes do Estatuto, no total de 52.260. Já em 2012, o Brasil alcançou seu recorde histórico de homicídios em um ano, com 56.337 assassinatos (29 ocorrências a cada 100 mil habitantes), de acordo com o Mapa da Violência, estudo adotado oficialmente pelo Ministério da Justiça. A ONU, idealizadora da teoria do microdesarmamento, estabelece como aceitável o índice máximo de 10 homicídios por 100 mil habitantes. A partir daí, a violência é considerada epidêmica. É o nosso caso.

Do ponto de vista de seus resultados práticos, medidos por números reconhecidos oficialmente, não há nenhum efeito positivo que possa ser atribuído à lei atual.

No dia 26 de novembro deste ano, a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para debater, às claras, o Projeto de Lei 3.722/12, que reestrutura a regulamentação sobre armas de fogo e munições no país. É um texto ainda pautado em rígido controle sobre a circulação desses artefatos, que nem sequer restabelece a realidade anterior ao Estatuto. Mas contém avanços inegáveis, ao aliar um sistema de controle efetivo a critérios objetivos, tornando claros os requisitos que precisam ser satisfeitos por quem pretenda possuir ou portar armas para autodefesa.

O projeto, como esperado, é alvo de críticas ferrenhas por entidades desarmamentistas, que o atribuem exclusivamente a um chamado "lobby da bala", nitidamente sem considerar o resultado do referendo de 2005 e os efeitos práticos obtidos nos últimos 11 anos de vigência das restrições às armas. Para a sociedade, a visão parece ser outra. Desde que apresentado (abril de 2012), o projeto figura entre os recordistas em manifestações populares, com uma aprovação superior a 85%.

CONTINUA

09 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Espera-se que a proposta seja votada ainda neste ano na comissão especial que a analisa na Câmara dos Deputados. Se forem considerados os resultados da lei atual e o anseio popular, não há como se esperar outro desfecho que não sua aprovação. Pode ser um importante avanço para corrigir uma experiência que nitidamente não funcionou.

Fabricio Rebelo, bacharel em Direito e pesquisador em segurança pública, é diretor-executivo da ONG Movimento Viva Brasil.

CONTINUA

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

Desejo de matar

Nos últimos meses, a sociedade brasileira foi sacudida por uma série de episódios chocantes de violência e discriminação, em nome de uma suposta “guerra contra o crime”. Diante de estatísticas elevadas de criminalidade, desde os crimes violentos como o homicídio e o roubo até as denúncias de corrupção e desvio do dinheiro público, têm crescido no Brasil a ideia de “fazer justiça pelas próprias mãos” e a descrença na capacidade das instituições para dar conta do desafio da redução da violência e do crime.

Em meio a essa onda de irracionalidade coletiva, que acirra os ânimos e incita a episódios de linchamento e outras atrocidades, em nada contribuindo para a efetiva solução do problema, surge agora, tentando surfar na mesma onda, a proposta de revogação das conquistas obtidas com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento.

Criada em meio ao processo eleitoral, uma comissão especial para tratar da matéria — formada, não por acaso, por um número expressivo de deputados cujas campanhas foram financiadas pela indústria das armas — está prestes a aprovar e encaminhar ao plenário da Câmara o Projeto de Lei 3.722/2012, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça, que propõe substituir a lógica da defesa da vida presente no Estatuto pela lógica da defesa da arma.

Entre outras aberrações do ponto de vista de uma política pública efetiva de redução da violência, o projeto prevê o restabelecimento do porte civil de armas, permitindo assim que pessoas possam circular armadas pelas ruas e conduzir armas em seus veículos, com consequências bastante previsíveis para o acirramento da violência. O argumento de que o “cidadão de bem” deveria poder andar armado, além de insustentável do ponto de vista da possibilidade de alguém reagir a um assalto, aumentando as chances de vitimização, torna ainda os portadores de armamento vítimas preferenciais da criminalidade, que terá facilitado o seu acesso às armas.

Além disso, a proposta em tramitação flexibiliza os critérios para a aquisição da arma. Atualmente, o Estatuto proíbe a compra por parte de quem apresenta antecedentes criminais. A proposta do deputado Peninha e da bancada da bala flexibiliza esse requisito, além de reduzir a idade mínima para aquisição de 25 para 21 anos, e autorizar a compra não mais de seis, e sim de nove armas por pessoa. Além disso, muda o limite de 50 munições por ano por arma para 50 munições por mês, deixando claro a que tipo de interesses se presta a proposta, que nada tem a ver com a defesa eventual contra alguma ameaça, e sim com a disseminação de uma cultura do armamento que somente favorece a indústria armamentista.

Não bastasse tudo isso, o projeto libera a propaganda de armas por qualquer meio, e reduz as penas para os delitos relacionados com a comercialização ilegal de armas.

É inegável a necessidade de investimentos pesados da União e dos estados para a redução da violência, equipando as polícias, integrando suas ações e garantindo condições carcerárias adequadas para evitar a disseminação de facções criminais. Apelar para o conto da disseminação de armas como antídoto para a violência, no entanto, seria o caminho mais curto para que o país amplie ainda mais as suas estatísticas criminais.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo,
professor e pesquisador da Faculdade de
Direito da PUCRS, é conselheiro do Fórum
Brasileiro de Segurança Pública.

TRIBUNA DO PARANÁ 09 DEZ 2014

IDENTIDADE

NO CARTÓRIO

Convênio entre governo e TJ vai disponibilizar mais endereços pra retirar o RG no Paraná

A partir do primeiro semestre de 2015, os 531 cartórios de registro civil do Paraná poderão emitir a carteira de identidade. Atualmente, o Registro Geral (RG) pode ser feito nos postos do Instituto de Identificação, no entanto, em decorrência da alta demanda, os usuários têm de esperar pela emissão do documento, cujo agendamento pode ultrapassar 20 dias de espera. Hoje o Paraná possui 38 postos, 14 deles apenas em Curitiba; nas outras cidades, as prefeituras locais fazem convênios para a emissão dos RGs.

A medida foi autorizada por uma resolução conjunta entre o governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) assinada ontem, em Curitiba.

A ampliação dos postos não vai alterar o processo padrão feito nos postos nem os custos de emissão do documento de identidade a primeira via do RG permanece gratuita; a segunda via varia entre R\$ 22,58 e R\$ 26,34. Mediante apresentação de registro de ocorrência, a segunda via também é gratuita. A promessa é que o prazo para a emissão será reduzido para no máximo três dias. Os postos do Instituto Identificação, órgão vinculado à Polícia Civil - e por consequência à Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) - continuarão funcionando.

SELO DIGITAL

A assinatura do convênio no TJ-PR marca, também, a disponibilização imediata do Selo Digital, que deverá substituir as etiquetas em todos os documentos emitidos pelos Cartórios do Estado do Paraná. O objetivo é garantir maior segurança aos serviços e permitirá que os documentos sejam rastreáveis, além de facilitar a adequação ao processo de informatização e digitalização dos cartórios extrajudiciais.

Para o usuário, a grande vantagem é poder consultar a autenticidade dos documentos e informações sobre o ato, o cartório e as partes envolvidas no processo. As consultas podem ser feitas pelo site do Fundo de Apoio ao Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Funarpen-PR).

Transmissão eletrônica

Outra novidade apresentada ontem é a transmissão eletrônica de certidões de nascimento, casamento e óbito. O sistema de Transmissão Eletrônica de Certidões dos Cartórios de Registro Civil vai permitir que o cidadão localize um registro e solicite uma certidão sem precisar se deslocar até o cartório de origem do documento. Assim, o usuário faz o pedido em um cartório próximo à sua residência e, através de um sistema criptografado, o documento é transmitido eletronicamente ao cartório onde o pedido foi feito para ser impresso, certificado e entregue na hora ao usuário.

09 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Cartórios poderão emitir carteira de identidade



Novo serviço estará disponível no Paraná a partir de 2015

A partir do primeiro semestre de 2015, os 530 cartórios de registro civil do Paraná poderão emitir a carteira de identidade. A medida foi autorizada por uma resolução conjunta entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) assinada nesta segunda-feira (08), na sede do Tribunal, em Curitiba. Por enquanto, a emissão do documento é feita apenas pelo Instituto de Identificação do Paraná, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O presidente do TJ-PR, desembargador Guilherme Luiz Gomes, afirmou que a medida tem o objetivo de ampliar o acesso da população ao documento. "Os cartórios de registros civis estão situados em todos os municípios e distritos judiciários do Paraná e irão contribuir com o Governo do Estado na obtenção da carteira de identidade", disse. ●

09 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Egressos dos presídios terão cursos gratuitos

Será inaugurado hoje, na sede do Patronato Penitenciário de Curitiba, o Espaço Cidadão Telecentro, que vai oferecer cursos profissionalizantes gratuitos pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) a egressos do sistema penal e beneficiários que cumprem penas e medidas alternativas, além de filhos e cônjuge. A inauguração também marca o início do curso gratuito de Programador Web.

O Espaço Cidadão/Telecentro foi instituído através de parceria entre a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Patronato Central do Estado. O curso Programador Web, em parceria com o Senai (Serviço Nacional da Indústria), terá 200 horas e duas turmas de 15 alunos cada, de manhã e à tarde. ■

NOTA POLÍTICA

Pensão inconstitucional

O eventual pagamento de pensão a viúvas de atuais ou ex-deputados estaduais sem a devida contribuição é inconstitucional. Em resumo, esse é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em resposta a consulta formulada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni. O processo foi julgado pelo Pleno do Tribunal, na sessão de 20 de novembro.

09 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz perde voo e dá voz de prisão a equipe da TAM

Magistrado quis entrar em avião no Maranhão
após encerramento do embarque

**Três funcionários
foram levados para
prestar depoimento;
juiz não foi localizado
pela reportagem**

JOÃO PEDRO PITOMBO
DE SALVADOR

O juiz Marcelo Testa Baldochi, da comarca da cidade de Senador La Roque, no Maranhão, deu voz de prisão a três funcionários do check-in da TAM no aeroporto de Imperatriz (630 km de São Luís) na noite de sábado (6).

Segundo depoimento dos funcionários, o magistrado quis embarcar em um avião da companhia aérea depois do encerramento dos procedimentos para embarque.

Ao ter o acesso à aeronave negado, o juiz deu voz de prisão aos funcionários e chamou a Polícia Militar.

Os trabalhadores da TAM foram encaminhados para uma unidade da Polícia Civil no centro de Imperatriz (MA).

Os três funcionários foram ouvidos e liberados. O magistrado não prestou depoimento e embarcou em outro voo no mesmo aeroporto. O caso será investigado pela 3ª Delegacia de Polícia de Imperatriz.

Procurado nesta segunda (8), o juiz Marcelo Baldochi não foi localizado pela Folha.

Em nota, a TAM informou que “segue todos os procedimentos de embarque regidos pela legislação do setor” e que “está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades”.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Costa, informou que “a entidade compartilha da indignação da sociedade e considera inadmissível qualquer atitude praticada por agentes públicos” “que represente abuso de poder e de autoridade”.

“A AMB defende a transparente apuração dos fatos garantindo o devido processo legal; e reitera que o comportamento noticiado não representa a conduta dos juizes brasileiros, que laboram diariamente assegurando direitos fundamentais e as liberdades públicas”, afirmou.

TRABALHO ESCRAVO

Em dezembro de 2008, o juiz Marcelo Testa Baldochi entrou para a “lista suja” de empregadores acusados pelo Ministério do Trabalho de submeter trabalhadores à situação análoga à escravidão.

O nome dele foi retirado da versão do cadastro atualizada no ano seguinte.

Baldochi foi incluído na “lista suja” após o Ministério do Trabalho ter localizado, em 2007, 25 trabalhadores em situação degradante em terras do magistrado.

Na época, o juiz disse que houve “abuso” por parte da fiscalização e que “nunca houve” trabalho análogo à escravidão em sua propriedade.

(DEUS)

Um outro episódio, envolvendo um juiz do Rio, foi motivo de polêmica no mês passado depois de a Justiça condenar ao pagamento de indenização uma agente de trânsito que havia barrado ele em uma blitz da Lei Seca.

Na época, em 2011, João Carlos de Souza Correa Correia dirigia sem carteira de habilitação e com o carro sem placa. Ele deu voz de prisão à fiscal Luciana Tamburini após ouvir dela que “juiz não é Deus”.

A Justiça considerou que Tamburini agiu com abuso de poder e ofendeu o juiz, sendo condenada ao pagamento de R\$ 5.000 de indenização por danos morais ao magistrado.

09 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Inquérito apurase juiz de Minas ajudou preso de facção do Rio

Magistrado de Juiz de Fora é suspeito de tentar transferir criminoso do Comando Vermelho

PAULO PEIXOTO
DE BELO HORIZONTE

O juiz Amaury Lima e Souza, preso há seis meses por suspeita de beneficiar narcotraficantes, é mais uma vez investigado pela Justiça mineira sob suspeita de atuar em esquema de transferência de presos para Juiz de Fora. Ele nega as acusações.

De acordo com as apurações, Souza vendia decisões favoráveis mediante propina.

O esquema teria a participação de dirigentes do sistema carcerário da cidade, onde o juiz era o titular da Vara de Execuções Criminais.

Depoimento prestado à Polícia Federal sob condição de anonimato aponta que Souza tentou beneficiar o traficante fluminense "Adair da Mangueira", ligado à facção Comando Vermelho.

Segundo o relato, "Adair da Mangueira" seria transferido para Juiz de Fora, onde ficaria em prisão domiciliar.

Na declaração, o informante cita que a "diretora da penitenciária de Juiz de Fora, Andria Valéria, já recebera R\$ 45 mil do preso, através de seu segurança, o agente penitenciário Bertuan".

O traficante esteve envolvido na morte de um diretor do presídio de Bangu. Desde março, ele está no presídio federal de segurança máxima em Campo Grande (MS).

O advogado de Souza, Gustavo Carneiro Mendes, disse que o fato de a investigação ter sido baseada em denúncia anônima, com detalhes de mais de três anos, mostra tentativa de perseguir o juiz.

A reportagem tentou contato com Andria Valéria na penitenciária, mas foi informada de que ela só estará no trabalho nesta terça (9) e que o número de celular dela não poderia ser fornecido.

09 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Após campanha contra assédio, homens são presos em Curitiba

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Uma campanha que pretende coibir e denunciar o assédio contra mulheres no transporte coletivo já resultou na detenção de dois homens em Curitiba.

Eles foram autuados por importunação ofensiva ao pudor, prevista na Lei de Contravenções Penais, e terão de responder pelo crime.

Um deles foi capturado pelo motorista do ônibus, que foi alertado por passageiros, no último dia 25, data de lançamento da ação pela prefeitura da capital paranaense.

O agressor, que se esfregava em duas mulheres no fundo do veículo no horário de pico, tentou sair pela janela. O motorista parou o ônibus, correu atrás dele e o deteve.

Detido no dia 27, o outro preso, de 65 anos, foi denunciado por adolescentes que

eram assediadas havia meses e resolveram acionar a Guarda Municipal de Curitiba após lerem a cartilha da campanha, distribuída pela prefeitura.

“Esse tipo de prática é comum e, infelizmente, silenciosa”, diz o diretor da guarda, Cláudio Frederico de Carvalho. “Na maioria das vezes, a mulher fica calada.”

Chamada “Busão sem abuso”, a campanha quer estimular passageiros, motoristas e cobradores a denunciarem os casos à guarda, que passou a atender com prontidão as ocorrências.

Agora, todos os 45 veículos estão autorizados a socorrer as vítimas (antes, eram só nove) e encaminhá-las à Delegacia da Mulher. Os guardas também podem interceptar o ônibus no trajeto para capturar o molestador.

Uma parceria com a polícia e o judiciário estabeleceu que os casos seriam atendi-

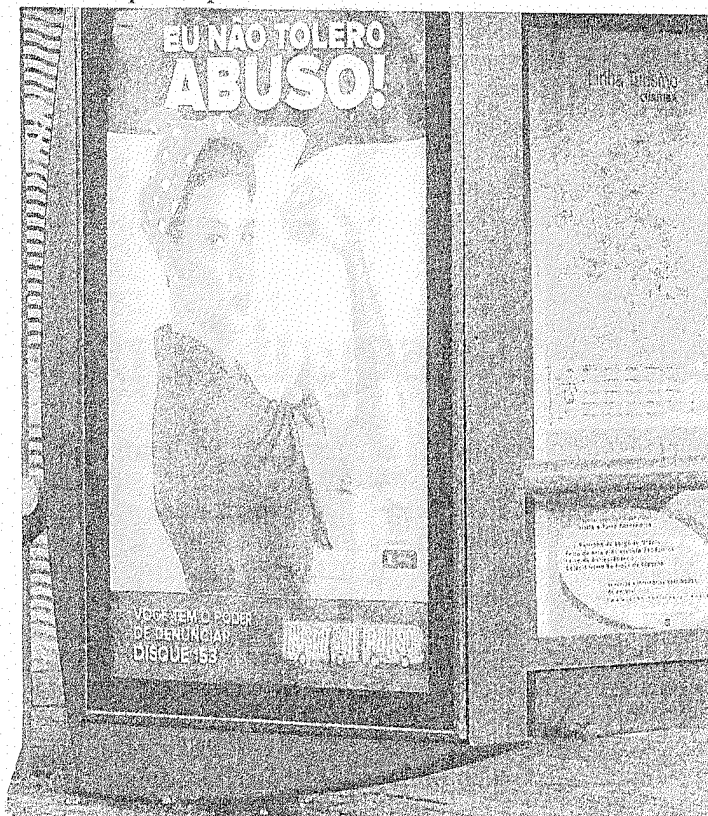
dos com celeridade. “Se você vai a uma delegacia comum, muitas vezes dizem: ‘Ah, isso não é nada’”, diz Carvalho. “Isso desmotiva as vítimas.”

TREINAMENTO

Os motoristas estão passando por treinamento sobre como agir nesses casos. “Nossa ideia é que as mulheres se sintam amparadas”, diz a secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro. “O simples fato de a campanha estar na rua já constringe o assanhadinho habitual.”

Os dois detidos foram liberados após o registro da ocorrência —o crime é de menor potencial ofensivo, mas eles irão responder na Justiça. Um deles já respondia por crimes sexuais. “Ele disse que não estava fazendo nada, que só tinha mulher dentro do ônibus”, conta o motorista Sérgio Fabrício Valentini, que deteve um dos agressores.

“Estavam me chamando de delegado lá na empresa. Mas fiz minha obrigação de homem, de pai”, diz. “Não quero que isso aconteça com minha filha nem com ninguém.”



Cartaz da campanha em ponto de ônibus de Curitiba (PR)

09 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Rito sumário

Gilmar Mendes pretende apresentar até amanhã seu voto sobre as contas da campanha de Dilma Rousseff. O ministro já se debruça sobre o parecer da área técnica do Tribunal Superior Eleitoral, que recomendou sua rejeição, e aguarda apenas a manifestação do procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão. Segundo técnicos do tribunal, um dos maiores problemas é a apresentação tardia de notas fiscais com datas retroativas, considerada falha grave pela resolução sobre contas eleitorais.

Quanto é? O ministro Luis Roberto Barroso, do STF, deu até hoje para que o governo defina o valor atualizado que João Paulo Cunha e os integrantes do núcleo publicitário do mensalão têm de devolver aos cofres públicos pelo contrato de publicidade da SMP & B com a Câmara.

09 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Todos contra todos

SÃO PAULO. Não creio que faça muito sentido, como sustenta a bancada da bala, rever o Estatuto do Desarmamento, que estabeleceu regras razoavelmente rígidas para a aquisição e porte de armas de fogo. Ainda que um ou outro detalhe da regulamentação possa ser revisto, a ideia geral de dificultar o acesso a revólveres e espingardas é correta.

Não se trata, é óbvio, de uma panaceia. A inexistência de armas de fogo até o século 15 não impediu nossos ancestrais de ser muito mais violentos que nós. Estima-se que a taxa média de homicídios em sociedades sem Estado chegue a 15%, o que representa 517 vezes mais que os 29 por 100 mil registrados no Brasil hoje.

É claro que criminosos não deixam de carregar e usar armas porque fazê-lo é ilegal. Uma das definições de bandido é justamente não respeitar as leis. O que a menor disponibilidade de armas faz é prevenir um tipo muito específico de assassinato, que é aquele que tem como motivação conflitos interpessoais como brigas de trânsito, desavenças matrimoniais etc. Aqui, a presença da arma de fogo pode fazer a diferença entre os hematomas e escoriações típicos de quem "sai no braço" e a morte.

É difícil calcular o peso desses conflitos no total de assassinatos, já que as investigações deixam muito a desejar. Na cidade de São Paulo, 17% dos homicídios dolosos resultam de discussões ou brigas de casal, podendo ser mais já que não há informação sobre 43% dos óbitos.

Deixando de lado as vicissitudes do aqui e agora para adotar visões de longo prazo, pode-se afirmar que os ganhos civilizacionais da humanidade no controle da violência ocorreram quando delegamos a terceiros a tarefa de punir. O ponto máximo desse processo foi a criação de Estados com suas polícias. O desarmamento se inscreve nessa lógica. Embora a proteção oferecida pelo poder público seja das mais imperfeitas, não me parece que seja o caso de retroceder à justiça com as próprias mãos.

OAB do Paraná é multada pelo não cumprimento de ordem judicial

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-2) manteve condenação imposta à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Paraná (OAB-PR) de multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição. A OAB-PR deixou de atender dois ofícios da 2ª Vara do Trabalho de Maringá (PR) para apresentação de cópias de representações disciplinares contra um advogado reclamante em ação trabalhista.

A SDI-2 não acolheu recurso da OAB-PR contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) que julgou improcedente mandado de segurança impetrado contra a multa, imposta pelo juízo de primeiro grau. O ministro Douglas Alencar Rodrigues, relator do recurso ordinário em mandado de segurança no TST, destacou que, no segundo ofício, o juiz alertou a entidade sobre a possibilidade de imposição de multa, caso não atendida a ordem.

No caso, o advogado ajuizou reclamação trabalhista contra o escritório de advocacia ao qual prestou serviços entre 2005 e 2012, solicitando vínculo de emprego, verbas rescisórias, horas extras, depósito do FGTS e demais verbas. Atendendo ao requerimento de um dos sócios do escritório, o juízo de primeiro grau enviou dois ofícios seguidos à OAB-PR, solicitando cópia das representações contra o autor do processo.

Sem uma resposta da entidade aos dois ofícios, o juízo determinou o pagamento da multa, prevista no artigo 14 do Código de Processo Civil, no valor de R\$ 1.250, correspondente a 5% do valor da causa.

A OAB-PR impetrou o mandado de segurança no Tribunal Regional contra a multa sustentando que o primeiro ofício foi encaminhado equivocadamente para o Setor de Processos Disciplinares do órgão. Quanto ao segundo, explicou que a resposta não ocorreu com a “celeridade pretendida” em virtude do elevado número de ofícios recebidos no período.

STF – LIMINAR SUSPENDE DECRETO QUE ANULOU LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO AMAPÁ

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5184 para suspender a eficácia de decreto legislativo, da Assembleia Legislativa do Amapá, o qual anulou a aprovação da Lei Orgânica do Ministério Público do estado (MP-AP).

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, autor da ação, alegou que o Decreto Legislativo 547/2014, ao impedir a vigência da Lei Complementar (LC) 79/2013, contraria artigos da Constitui-

ção Federal (CF), tais como o 2º (independência e harmonia dos poderes); 5º, caput (proteção da segurança jurídica); 49, inciso V (competência do Poder Legislativo para sustar atos exorbitantes do poder regulamentar ou de delegação legislativa); e 66, caput (competência do Executivo para sancionar projeto de lei aprovado).

Janot também apontou ainda afronta outros três artigos da Carta Magna: 102, inciso I (competência do Judiciário para controle concentrado de constitucionalidade).

TST – ZELADORA CONSEGUIE INVALIDAR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM ASSISTÊNCIA DO SINDICATO

Uma ex-empregada do Centro Educacional Castelo Encantado conseguiu anular seu pedido de demissão, pela ausência de assistência sindical no pedido. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a seu recurso e condenou a escola ao pagamento de aviso-prévio indenizado, indenização substitutiva do seguro-desemprego e multa de 40% sobre o FGTS.

A empregada exerceu a fun-

ção de zeladora desde o início do contrato de trabalho, em 2004. Quando da rescisão, em 2011, disse que o Centro Educacional a obrigou a assinar pedido de demissão, pois somente assim receberia as verbas rescisórias. Segundo ela, o estabelecimento, além de induzi-la a erro, não pagou a rescisão, que também não foi homologada, o que invalidaria o pedido de demissão, segundo o parágrafo 1º do artigo 477 da CLT.

09 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

-DOS LEITORES

MURO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Felizmente o provedor Terra mostrou-se sensibilizado com a minha denúncia do problema do muro do TJ/PR que ameaçava ruir, entrou em contato com a prefeitura, esta confirmou a existência de risco estrutural e de perigo à segurança pública, notificou o Tribunal de Justiça, mandou interditar a calçada, e ontem os pedreiros demoliram parte do paredão que ameaçava colapsar. Eis a reportagem:

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/vc-reporter-rachadura-em-muro-do-tj-isola-calçada-no-pr,4e4ca036a32f9410VgnVCM10000098ecccboARC RD.html>

A foto mostra (vide anexo) a situação do muro, antes .

Obrigado por ter o sr. também reforçado a denúncia através do seu blog.

Foi a união de nossos esforços que fez mover as autoridades.

FRANCISCO SOUTO NETO,
Curitiba.



09 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CGU pede a juiz da Operação Lava Jato lista de obras apreendidas com Youssef

A Controladoria-Geral da União (CGU) requisitou formalmente ao juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e responsável pelos inquéritos da Operação Lava Jato, informações sobre uma planilha contendo lista de aproximadamente 750 obras públicas, apreendida com o doleiro Alberto Youssef. Preso desde março, Youssef é apontado como operador do esquema criminoso de cartel de empreiteiras, que superfaturava contratos da Petrobras para pagamento de propina a partidos e agentes políticos.

De acordo com o juiz Moro, a lista sugere que o esquema criminoso descoberto na Petrobras pode ter ocorrido em outras obras. Ao todo, segundo ele, as obras relacionadas na lista apreendida com o doleiro somam R\$ 12 bilhões.

“Já solicitamos ao juiz Sérgio Moro essa famosa planilha das 750 outras obras. Temos notícias pelos jornais, nem todas elas federais. [Há] estaduais, internacionais. Mas, de qualquer maneira, já pedimos ao juiz, formalmente, e temos certeza que ele vai compartilhar essa prova, como tem compartilhado todas as outras, com exceção apenas dos depoimentos prestados na delação premiada, que se encontram no Supremo Tribunal Federal”, disse o ministro da CGU, Jorge Hage, após evento, em Brasília.

Perguntado se as obras com suspeita de irregularidade poderiam ser paralisadas, Hage frisou que a lei não prevê a interrupção. “É possível continuar o contrato? Entendemos que sim, desde que expurgadas todas as gorduras de onde vem a propina”, ressaltou.

Segundo o ministro, as penas que a lei prevê não implicam, necessariamente, na interrupção de obras em andamento. “Implicam no impedimento [da empresa] de licitar ou contratar novas obras. Para as que estão em andamento, no entendimento da CGU, o que o gestor [público] deve fazer é renegociar os contratos se houver superfaturamento - sobrepreço embutido nas parcelas futuras - naquelas por executar”, acrescentou Hage.

Viúvas

Em resposta a uma consulta da presidência da Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do Estado concluiu que o pagamento de pensão a viúvas de atuais ou ex-deputados estaduais sem a devida contribuição é inconstitucional. O TCE-PR considerou que as leis 4.763/63 e 54/63 — que concederam pensão mensal às viúvas de ex-deputados sem a necessidade de qualquer contribuição prévia — são incompatíveis com o sistema previdenciário instituído pela atual Constituição Federal. O próprio texto original da Carta e também a Emenda Constitucional 20/98 estabelecem a necessidade de contribuição do segurado para que ele ou seus dependentes possam usufruir dos benefícios de aposentadoria e pensão.

"Graciosa"

Na consulta, o Tribunal também esclareceu que a Lei 8.213/91 tornou o deputado estadual um contribuinte obrigatório do regime geral de previdência social. Dessa forma, é inadmissível que a viúva de um parlamentar acumule pensões pagas pela Assembleia e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ambos os benefícios seriam ilegais porque decorrentes do mesmo cargo e não do acúmulo lícito de cargos públicos. Em seu parecer no processo, o Ministério Público de Contas (MPC) destacou que o STF declarou inconstitucional o pagamento de pensão "graciosa" (sem contribuição prévia) a ex-governadores — norma que pode ser estendida, por similaridade, aos deputados. "Tanto o regime geral quanto o regime próprio de previdência são de caráter contributivo", esclareceu, no documento, o procurador Elizeu de Moraes Corrêa.

Feppa

Embora não tenha sido tema da consulta, o TCE também fez esclarecimentos em relação às aposentadorias e pensões suportadas pelo Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (Feppa). Instituído em 1974 (pela lei 6.639), e extinto em 1991, o Feppa possuía caráter contributivo e garantia aposentadoria ao parlamentar após oito anos de contribuição e também pensão à sua viúva. O TCE considerou legal o pagamento de pensão suportada pelo Feppa, inclusive aquelas requeridas em momento posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, desde que preenchidos os requisitos para tanto. Na resposta à consulta, o tribunal também afirmou que os atos de concessão de pensão a viúvas de deputados e ex-deputados estaduais estão sujeitos à análise da corte de contas, para a verificação de legalidade e concessão de registro.

Racismo é tema de audiência no MP-PR

Uma audiência pública para debater questões ligadas ao racismo será realizada em Curitiba, hoje, das 19 às 21 horas, na sede da Fundação Escola do Ministério Público. Promovida pelo MP-PR, por meio do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de

Justiça de Proteção aos Direitos Humanos e das Promotorias de Justiça das Comunidades, o encontro consiste numa oportunidade para o debate das questões raciais e das formas de enfrentar o preconceito e o racismo na sociedade curitibana, buscando garantir efetivamente os direitos à comunidade negra.

09 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda prender 3 após ser proibido de embarcar em voo

Magistrado do Maranhão disse que chegou no tempo permitido e alega desrespeito ao direito do consumidor

Diego Emir

ESPECIAL PARA O ESTADO / SÃO LUÍS

O juiz titular da Comarca de Senador La Roque, no Maranhão, Marcelo Testa Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da TAM após ser informado de que não poderia embarcar em um voo de Imperatriz para São Paulo. Os funcionários foram liberados em seguida. A Associação de Magistrados do Maranhão (Amm) criticou o juiz e disse que pedirá investigação de sua conduta na Corregedoria-Geral de Justiça.

No sábado à noite, um funcionário da TAM disse que Baldochi não embarcaria porque a chamada havia sido encerrada e a porta de embarque do avião fora fechada sete minutos antes de sua chegada. O juiz alegou que a proibição era um desrespeito ao direito do consumidor. Ele entrou na área de embarque e deu voz de prisão ao funcionário. Um policial militar foi convocado para levá-lo à delegacia.

Mais dois colegas do detido tentaram intervir e também receberam voz de prisão. Todos

foram levados para o Plantão da Polícia Civil. Ontem, o delegado Marcelo Fernandes não comentou o caso.

Baldochi prestou esclarecimentos na tarde de ontem e alegou que o voo estava marcado para as 21h02 e permitia a apresentação para o embarque 15 minutos antes da partida. Ele afirmou que havia feito o check-in às 20h32 e estava no aeroporto desde as 20 horas. "O agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia", afirmou.

O juiz embarcou em um voo de outra companhia para São Paulo e seguiu para seu destino final, Ribeirão Preto. Por meio de nota, a TAM informou que "segue todos os procedimentos de embarque regidos pela legislação do setor". A empresa informou também que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades.

Histórico. Baldochi tem histórico de ocorrência na Corregedoria de Justiça. Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condições análogas à escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizá-los.

SÔNIA RACY

Rusga

Ricardo Lewandowski estaria aborrecido com a corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi. A ministria teria concordado com a troca do ouvidor do Conselho, Gilberto Martins (escolhido por Joaquim Barbosa), por Fabiano Silveira.

Mas, na hora da votação, preferiu manter Martins.